

Projeto de Lei do Senado nº 333, de 2007

Autoria: Senador Almeida Lima (MDB/SE)**Iniciativa:****Ementa:**

Altera dispositivos dos Decretos-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para ampliar os casos de aplicação da pena de perda de bens e valores e garantir sua execução e a reparação do dano sofrido pelo ofendido.

Assunto: Jurídico - Direito Penal e Penitenciário**Data de Leitura:** 13/06/2007**Tramitação encerrada****Decisão:** Rejeitada por Comissão em decisão**Último local:** -**Destino:** Ao arquivo**Último estado:** 19/11/2009 - REJEITADA**Despacho:****06/11/2008 (Despacho Inicial)**

null

Análise - Tramitação sucessiva

(SF-CCJ) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Relatoria:**CCJ - (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)****Relator(es):**Senador Demóstenes Torres (encerrado em 14/10/2009 -
Deliberação da matéria)**TRAMITAÇÃO****30/11/2009** SF-SARQ - Secretaria de Arquivo**Ação:** ARQUIVADO**19/11/2009** SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO**Situação:** REJEITADA**Ação:** A Presidência comunica ao Plenário que se esgotou ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação da matéria pelo Plenário, que tendo sido rejeitada terminativamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, vai ao Arquivo.
À SARQ.

Publicado no DSF Páginas 60493

18/11/2009 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO**Ação:** Encaminhado ao Plenário para comunicação do término de prazo para interposição de recurso.**11/11/2009** SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

TRAMITAÇÃO

Ação: Prazo para interposição de recurso: 12/11/2009 a 18/11/2009.

11/11/2009 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Situação: AGUARDANDO INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

Ação: Lido e encaminhado à publicação o Parecer nº 2.014, de 2009-CCJ, Relator: Senador Demóstenes Torres, concluindo pela rejeição do Projeto.
Leitura do Ofício nº 344/2009/CCJ, do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, comunicando que aquele colegiado deliberou, em caráter terminativo, pela rejeição do Projeto.
Nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, fica aberto o prazo de cinco úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que a matéria em referência seja apreciada pelo Plenário.
À SCLSF.

Publicado no DSF Páginas 58126-58127

Publicado no DSF Páginas 58044-58063

03/11/2009 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: Recebido neste Órgão, nesta data.

Encaminhado ao Plenário.

Aguardando leitura do Parecer da CCJ.

Juntei, às fls. 31 e 32, cópia da legislação citada no Parecer.

03/11/2009 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: À SSCLSF, após ajustes solicitados.

16/10/2009 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Situação: AGUARDANDO LEITURA PARECER (ES)

Ação: À CCJ, para ajustes em seu parecer.

16/10/2009 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: Recebido neste Órgão, nesta data.

15/10/2009 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: À SSCLSF, para prosseguimento da tramitação.

14/10/2009 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: APRECIADA EM DECISÃO TERMINATIVA PELAS COMISSÕES

Ação: Na 43ª Reunião Ordinária, convocada para os dias 14 e 15 de outubro de 2009, o Senador Demóstenes Torres passa a Presidência para a Senadora Lúcia Vânia.

A Comissão rejeita o Projeto, relatado pelo Senador Demóstenes Torres (em 14/10/2009).

Anexei o Ofício nº 344/2009- PRESIDÊNCIA/CCJ, que comunica a decisão da Comissão em caráter terminativo, para ciência do

TRAMITAÇÃO

Plenário e publicação no Diário do Senado Federal, art. 91, § 2º c/c art. 92 do RISF.

02/10/2009 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria incluída na Pauta da Comissão.

23/09/2009 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Recebido o Relatório do Senador Demóstenes Torres, com voto pela rejeição do Projeto.

Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

18/06/2009 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Retirado de Pauta, para reexame do Relatório. Encaminhado ao gabinete do Senador Demostenes Torres.

26/05/2009 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Encaminhado à Secretaria-Geral da Mesa, por meio do Ofício nº 134/2009 - Presidência-CCJ, para atender a solicitação constante do Ofício nº 619/2009, da Presidência do Senado Federal, com vista a dar cumprimento ao disposto no art. 374, II do RISF, por se tratar de matéria relacionada ao objeto do PLS nº 156, de 2009, que reforma o "Código de Processo Penal".

À SSCLSF.

***** Retificado em 04/06/2009*****

Ação Legislativa acima lançada indevidamente, devendo ser desconsiderada.

Matéria incluída na Pauta da Comissão.

26/05/2009 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Recebido o Relatório do Senador Demóstenes Torres, com voto pela aprovação do Projeto com as quatro emendas que apresenta.

Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

14/11/2008 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: ** AÇÃO DE SANEAMENTO ** Nesta data foi realizada a verificação de dados nos sistemas informatizados, em atendimento aos objetivos definidos no Ato nº 24, de 2008, do Presidente do Senado Federal. Este registro não representa um novo andamento na tramitação desta matéria.

11/02/2008 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Distribuído ao Senador Demóstenes Torres para emitir relatório.

TRAMITAÇÃO

22/06/2007 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.
Matéria aguardando distribuição.

15/06/2007 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Prazo para apresentação de Emendas:

Primeiro dia: 15.06.2007

Último dia: 21.06.2007

14/06/2007 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: Matéria sobre a Mesa desta Comissão aguardando abertura de prazo para apresentação de emendas, e posterior distribuição.

13/06/2007 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação: 17:26 h - Leitura.

À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa onde poderá receber emendas por um período de cinco dias úteis, após sua publicação e distribuição em avulsos.

Ao PLEG com destino à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Publicado no DSF Páginas 19431-19435

13/06/2007 SF-PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO

Ação: Este processo contém 11 (onze) folhas numeradas e rubricadas.

DOCUMENTOS

Texto inicial - PLS 333/2007

Data: 13/06/2007

Autor: Senador Almeida Lima (MDB/SE)

Local: SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação Legislativa: 17:26 h - Leitura.

À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa onde poderá receber emendas por um período de cinco dias úteis, após sua publicação e distribuição em avulsos.

Ao PLEG com destino à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Descrição/Ementa: Altera dispositivos dos Decretos-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para ampliar os casos de aplicação da pena de perda de bens e valores e garantir sua execução e a

DOCUMENTOS

reparação do dano sofrido pelo ofendido.

Legislação citada

Data: 13/06/2007

Autor: -

Local: SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação Legislativa: 17:26 h - Leitura.

À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa onde poderá receber emendas por um período de cinco dias úteis, após sua publicação e distribuição em avulsos.

Ao PLEG com destino à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Avulso inicial da matéria

Data: 13/06/2007

Autor: -

Local: null

Relatório Legislativo

Data: 23/09/2009

Autor: Senador Demóstenes Torres (DEM/GO)

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação Legislativa: Recebido o Relatório do Senador Demóstenes Torres, com voto pela rejeição do Projeto.

Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

Parecer

Data: 14/10/2009

Autor: -

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação Legislativa: Na 43ª Reunião Ordinária, convocada para os dias 14 e 15 de outubro de 2009, o Senador Demóstenes Torres passa a Presidência para a Senadora Lúcia Vânia.

A Comissão rejeita o Projeto, relatado pelo Senador Demóstenes Torres (em 14/10/2009).

Anexei o Ofício nº 344/2009- PRESIDÊNCIA/CCJ, que comunica a decisão da Comissão em caráter terminativo, para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal, art. 91, § 2º c/c art. 92 do RISF.

Avulso de parecer

Data: 11/11/2009

Autor: -

Local: SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação Legislativa: Lido e encaminhado à publicação o Parecer nº 2.014, de 2009-CCJ, Relator: Senador Demóstenes Torres, concluindo pela rejeição do Projeto.
Leitura do Ofício nº 344/2009/CCJ, do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, comunicando que aquele colegiado deliberou, em caráter terminativo, pela rejeição do Projeto.

Projeto de Lei do Senado nº 333, de 2007

DOCUMENTOS

Nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, fica aberto o prazo de cinco úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que a matéria em referência seja apreciada pelo Plenário.
À SCLSF.

Avulso de parecer

Data: 11/11/2009

Autor: -

Local: SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação Legislativa: Lido e encaminhado à publicação o Parecer nº 2.014, de 2009-CCJ, Relator: Senador Demóstenes Torres, concluindo pela rejeição do Projeto.
Leitura do Ofício nº 344/2009/CCJ, do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, comunicando que aquele colegiado deliberou, em caráter terminativo, pela rejeição do Projeto.
Nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, fica aberto o prazo de cinco úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que a matéria em referência seja apreciada pelo Plenário.
À SCLSF.